

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 169

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PFL

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PMDB

**IRONDI PUGLIESI**

4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado Valdir Rossoni  
PFL..... Deputado Plauto Miró  
PTB..... Deputado Valdir Rossoni  
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti  
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi  
PT ..... Deputado Péricles H. de Mello  
PDT ..... Deputado Edgar Bueno  
PL ..... Deputado Horácio Rodrigues  
PSN..... Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE DEZEMBRO DE 1998  
(quarta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 288 e 572/96.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 478/95 relativo à isenção do pagamento de taxas às pessoas comprovadamente carentes, portadoras de deficiência física e/ou mental, devidas ao Estado do Paraná e as suas instituições vinculadas.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 518/97 que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiporã área de terra de propriedade do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 426/96 que dispõe sobre o uso obrigatório de dispositivo mecânico de segurança em edifícios.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 507/98 relativo à Mensagem Governamental nº 056/98, que dispõe sobre a Transferência do Tesouro Geral do Estado de saldos financeiros disponíveis em órgãos da administração direta do Estado.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 508/98 relativo à Mensagem Governamental nº 057/98, que trata das normas e proteções ao consumidor quanto à procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 2046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 483/98, que declara de Utilidade Pública o Projeto Recrutar - Família e Adoção - de Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 2047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência na aprovação do Projeto de Lei nº 343/98, que dispõe sobre as atividades de artesanato.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) BETO RICHIA

#### REQUERIMENTO Nº 2051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 288/96, que dispõe sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registros, previstos na Lei Federal nº 8.935/94.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) DURVAL DO AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 512/98, que denomina trecho da BR-277, entre os Municípios de Goioxim e Marquinho, de Engenheiro Luiz Douglas de Araújo.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### REQUERIMENTO Nº 2058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 511/98, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que denomina "Rodovia Prefeito Doutor Hermínio Takatuji" a Rodovia PR-554, que interliga a Rodovia PR-467 e a Rodovia PR-323, passando por São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) MARQUINHOS ALVES

#### REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, Proposição sob nº 14/98, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 30/98, constante do item 01 (Ordem do Dia de hoje).

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja suspenso por 10 (dez) sessões a tramitação do Projeto de Lei nº 486/98, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, visando tornar obrigatório a utilização do Identificador Telemétrico de Veículos.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(aa) IRINEU COLOMBO

ANGELO VANHONI

DOUTOR ROSINHA

PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Renato Adur, Orlando Pessuti, Paulo Gorski e Antonio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pela necessidade de termos melhores informações em relação ao pro-

jeto, quanto às especificações técnicas, relação custo benefício, e especialmente ao certame licitatório.

#### REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões Projeto de Lei nº 188/98, item 11, em 1ª discussão, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni e Anibal Khury, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 2059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 492/98, de minha autoria, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a filial da Missão Evangélica Betânia S/C, com sede e foro no Município de Altônia, por ser objeto da Lei nº 6.813, publicada no Diário Oficial nº 90, de 12.07.76.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) JOEL COIMBRA

#### REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a convocação do Sr. Armando Marinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos junto a esta Casa de Leis, no que diz respeito a campanha de vacinação contra o sarampo, realizada no Estado do Paraná, no ano de 1998.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Paulo Gorski, Orlando Pessuti e Geraldo Cartário.

#### REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, que seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Orlando Romero, ocorrido no Município de Engenheiro Beltrão-PR, na data de hoje 09 de dezembro de 1998.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Membro de família tradicional da região de Engenheiro Beltrão, o Sr. José Orlando teve sua vida totalmente dedicada ao bem estar da comunidade regional. Exerceu mandato de prefeito de 1993 a 1996. Atualmente era presidente do Rotary Club e do Abrigo de Menores de Engenheiro Beltrão. Teve atuação de destaque em todos os acontecimentos relevantes daquela comunidade. Perdeu a vida tragicamente, aos 39 anos, deixando esposa e três filhos (duas meninas e um menino).

#### REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Cidade de Imbaú, alusivos ao aniversário de 2 anos da cidade, que ocorreu no último dia 8 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Sidnei da Silva Mendes e ao Presidente da Câmara Vereador Laurir de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Ivo Jangada, s/nº, CEP 84278-000, Município de Imbaú-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de um voto de louvor, ao Diretor Presidente da SANEPAR - Engenheiro Carlos Afonso Teixeira de Freitas, pela proficiência de sua administração em benefício da população de nosso Estado.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) JOEL COIMBRA

#### REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja concedido voto de congratulações ao Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia, pela resolução em defesa do consumidor firmada pelos países que compõe o MERCOSUL.

A resolução que os consumidores do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai tenham direito a uma garantia contratual dos produtos adquiridos

ou dos serviços contratados nos países signatários. Prevê ainda que exista um representante da empresa exportadora no país importador do produto.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Ministro Luís Felipe Lampreia.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, votos de congratulação à Universidade Estadual de Londrina pela excelente colocação obtida na avaliação geral das universidades do país, sendo hoje a 3ª melhor instituição de ensino superior do Brasil, conforme resultados do provão do Ministério da Educação.

Os cursos de Medicina Veterinária, Jornalismo, Letras e Engenharia Civil receberam a pontuação máxima e Direito, Administração, Odontologia e Matemática tiveram notas significativas.

Sem dúvida alguma, é o reconhecimento do trabalho sério e competente desenvolvido por essa instituição que deixa de se constituir apenas num referencial da educação no norte do Paraná e passa a figurar entre as melhores universidades do País.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Jackson Proença Testa.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, voto de congratulação pela passagem dos 179 anos de emancipação político-administrativa de Guarapuava, ocorrida nesta data: 9 de dezembro de 1998.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) CESAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Guarapuava, é uma das principais economias do Estado. O Município é parte integrante da história e da cultura do Paraná; a sua gente a sua tradição cultural, tem contribuído de forma significativa com a vida e o progresso do nosso Estado.

Falar do Paraná é quase impossível sem mencionar Guarapuava e as suas histórias.

Guarapuava contribuiu de forma significativa, nos últimos anos, para tornar o Paraná uma referência nacional na agricultura e pecuária, pois na região Centro-Oeste polarizada pelo município, encontram-se propriedades agrícolas e pecuárias

que fazem uso da mais moderna tecnologia no campo.

Pela sua pujante economia, pelo seu povo hospitaleiro e tradicionalista, que muito tem contribuído com o fortalecimento do Paraná, homenagear Guarapuava é uma satisfação e um grande orgulho deste Parlamentar, na passagem dos seus 179 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública e ao Diretor do Instituto Médico Legal, solicitando médicos legistas para o IML de Ponta Grossa.

O Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, vem enfrentando problemas com a falta de médicos legistas, pois, dois médicos pertencentes ao quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e que até então estavam a disposição do referido órgão, foram requisitados para que retornassem ao posto de origem. Em meio a esta situação crítica, podem haver prejuízos na organização e execução dos trabalhos e conseqüente demora para a liberação de laudos e de corpos.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2053

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja oficiado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Rubens Abrahão Tanure e ao Diretor do DETRAN-PR, Sr. César Roberto Franco, para que seja enviado a esta Casa cópia do edital de licitação, e de todos os documentos que compõem o certame licitatório referente ao "Projeto Segurança nas Estradas", que prevê a instalação de equipamentos eletrônicos para o monitoramento e fiscalização do Trânsito, tendo como vencedor a empresa CONSULT - Consultoria de Informática Ltda., representante da empresa francesa Thompson, fabricante de componentes eletrônicos.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(aa) IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

DOUTOR ROSINHA

PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Renato Adur, Paulo Gorski, Orlando Pessuti e Antonio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pela necessidade desta Casa ter melhor conhecimento sobre o projeto supra citado, especialmente no que tange a forma como se deu a licitação, uma vez que envolve a soma de 27 milhões de reais, conforme o noticiado pela imprensa.

Ademais, tal pedido se justifica pelo fato de que a fiscalização dos atos do Poder Executivo, é o munus central do Legislativo.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 511/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Dr. Hermínio Takatuji" a Rodovia PR-554, que interliga a Rodovia PR-467 e a Rodovia PR-323, passando por São Jorge do Ivaí.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) MARQUINHOS ALVES

### JUSTIFICATIVA:

Hermínio Maçamiti Takatuji nasceu em Lavínia, Estado de São Paulo, onde cursou o Ginásio e o Científico.

Veio para Curitiba em 1968, onde fez o curso preparatório para o vestibular, ingressando na Universidade Federal do Paraná, onde se graduou em Medicina e em Engenharia Química.

Foi para São Jorge do Ivaí em junho de 1974 para trabalhar no Ambulatório Médico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Jorge do Ivaí, permanecendo neste trabalho até 1989. Em outubro de 1974 começou a trabalhar na Fundação Hospitalar Rural João XXIII.

No ano de 1975, foi nomeado para atender no Posto de Saúde de São Jorge do Ivaí, e, em 1983, foi nomeado Chefe desse Posto de Saúde.

Como clínico geral, atendia a população, tanto no Posto de Saúde, como no Hospital de São Jorge do Ivaí. Notabilizou-se pelo trabalho feito junto à população mais pobre do Município.

Foi eleito Prefeito Municipal de São Jorge do Ivaí em outubro de 1992, exercendo esse cargo no período de 01.01.93 a 31.12.96. Nesse período implantou no Sistema Único de Saúde o atendimento "24 horas".

Faleceu quando se encontrava a passeio em Mirandópolis em 23.07.98, aos 52 anos de idade. Deixou viúva a Senhora Nilda Tami Takatuji e

órfãos os filhos: Ênio Ricardo, Guto Maicon e Tadeu.

PROJETO DE LEI Nº 512/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Engenheiro Luiz Douglas de Araújo", a PR-364, trecho da BR-277 (Três Capões) - Goioxim - Marquinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

### JUSTIFICATIVA:

Luiz Douglas de Araújo, engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 05.12.70, era integrante dos quadros do DER do Paraná desde 01.05.77, onde desempenhou diversas funções técnicas e administrativas: foi chefe do 9º Distrito Rodoviário em Francisco Beltrão; chefe do 3º Centro Regional em Londrina; Chefe do 5º Distrito Rodoviário de Guarapuava; Supervisor de Obras da 2ª S.O. em Ponta Grossa; Fiscal de Obras no trecho Caminhos da Educação; Coordenador das Obras do Programa Estradas Rurais - Caminhos para a Educação e Desenvolvimento e Supervisor do DARM no 2º Centro Regional de Ponta Grossa. Também foi colaborador nos Editoriais dos jornais "Gazeta do Povo" e "Folha de Londrina".

Era um homem público íntegro, de caráter e idealismo, que procurou realizar, ao longo de sua carreira no DER, um grande trabalho em prol do desenvolvimento da infra-estrutura do Paraná.

Faleceu em acidente automobilístico, dia 05.12.98.

PROJETO DE LEI Nº 513/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Mário Antonio de Lima", o trecho da Rodovia PR-466, entre Tam-boara e Rondon.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(a) MARQUINHOS ALVES

### JUSTIFICATIVA:

Mário Antonio de Lima, pai da dupla sertaneja “Chitãozinho e Xororó” nasceu em São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo, em 1932.

Veio para o Paraná em 1949, vindo a residir no Município de Astorga, no Distrito de Içara, trabalhando como caminhoneiro.

Em Astorga casou-se, em 1953, com a Senhora Araci Prudência de Lima, com quem teve 09 filhos, a saber: José Lima Sobrinho, Durval de Lima, Rosária de Lima, Lourdes de Lima, Maurício de Lima, Sebastião Aparecido de Lima, Nilva Maria de Lima, Ricardo Antonio de Lima e Amauri Prudêncio de Lima.

Em 1958, mudou-se de Astorga para Rondon, no Paraná. Em Rondon, “Seu Marinho”, como era conhecido, trabalhou com caminhão, puxando tora para serraria local, ajudando no progresso daquela região.

Além do trabalho cotidiano, Marinho se dedicava à música de viola, tendo feito várias composições musicais e ensinando os primeiros acordes e vocalização para seus filhos, donde surgiram as duplas “Chitãozinho e Xororó” e “Maurício e Mauri”.

Mudou-se para São Paulo em 1968, onde veio a residir no ABC Paulista, transferindo residência para Campinas, em 1980, onde veio a falecer em 1983, vítima de enfarte cardíaco.

Astorga e Rondon, cidades do Paraná, ficaram conhecidas no Brasil inteiro, graças aos nomes de seus ilustres filhos, “Chitãozinho e Xororó” e “Maurício e Mauri”, filhos do Senhor Mário Antonio de Lima.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Estamos recebendo a visita do Reitor da Universidade do Paraná - Carlos Roberto Antunes dos Santos; do vice-Reitor e demais professores.

Convido o Deputado Ângelo Vanhoni para a saudação aos visitantes.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados, Senhora Deputada Ironi Pugliesi, caríssimo amigo e hoje Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Carlos Antunes; Professor Rômulo Sandrini, vice-Reitor da Universidade do Paraná, Senhores pró-Reitores.

Para nós, para o Poder Legislativo do Estado do Paraná é uma satisfação muito grande recebê-los hoje, nesse dia importante. Neste mês comemora-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, isto em 1948.

E, nesses dias que passamos em nosso País, assistimos um debate muito profundo a respeito do papel do Estado na sociedade brasileira.

É polêmica, e uma polêmica convulsa, a crise porque passa hoje a humanidade. De certa maneira assistimos um debate surdo, na sociedade do mundo inteiro, sobre princípios que nortearam o processo de civilização dos últimos 200 anos, serem relativizados, em função da ótica pura e simples do mercado, da ótica pura e simples do desenvolvimento econômico não só no nosso País, mas em todos os países do planeta.

É nesse momento tão agudo, que a presença de Vossa Excelência Prof. Carlos Antunes, ao vir a esta tribuna, a este parlamento, trazer considerações sobre os problemas atuais do ensino público, sobretudo o ensino superior, que na nossa humilde maneira de ver se relaciona diretamente com os problemas da Nação, e com os destinos daquilo que podemos considerar do que seria o destino do povo brasileiro.

Para nós, é um momento importante, porque remete-nos a uma reflexão mais profunda do que está acontecendo hoje no nosso País, a discussão sobre o papel do Estado em relação a educação pública no nosso País.

Tenho certeza, de que quando a Assembléia Legislativa aprovou por unanimidade a solicitação por parte da Bancada do PT, e que no dia 09, véspera do dia 10, que é o dia nacional, proposto pela ANDIFE's, de luta, em defesa do ensino público no nosso País, podem ter certeza os Senhores pró-Reitores, de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná abre um espaço importante aqui para a frente, para que este parlamento, seja um palco e um espaço de reflexões a respeito do futuro, não apenas da Universidade Brasileira, mas o futuro do ensino público, o futuro da pesquisa, o futuro da geração de conhecimentos, o futuro da criação de tecnologia, e que sabemos de que não será possível, que o nosso País possa dialogar com os outros povos do mundo, sobretudo, os povos mais adiantados, seja no âmbito da economia, seja do ponto de vista da afirmação da sua identidade cultural, não será possível se não revertermos uma tendência funesta, nefasta da elite brasileira que continua excluindo milhares e milhares de brasileiros e excluindo, talvez, o próprio País de se constituir enquanto uma nação soberana, democrática que possa dialogar de igual para igual com os outros povos.

Sem educação, sem a transmissão do conhecimento, sem a formação de cidadãos, sem a geração e a construção de novos conhecimentos, sobretudo, no campo da técnica, no campo tecnológico, no campo da tecnologia, estaremos de forma definitiva colocados à margem do processo de desenvolvimento mundial que a humanidade cursa nestes dias tão difíceis, como são esses dias de final de século entrada no 3º Milênio.

Por isso, é com prazer que os Deputados Estaduais do Paraná vão prestar muita atenção e receber um pouco das preocupações que a Universidade Federal tem, não só com o presente, mas, sobretudo, com o futuro, não apenas do ensino público superior do nosso País, mas, sobretudo, na nossa visão com o futuro da democracia e da afirmação do nosso País, enquanto uma nação soberana.

Seja bem-vindo, Professor Carlos Antunes.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Presidência concede a palavra ao magnífico Reitor Carlos Roberto Antunes.

O SR. CARLOS ROBERTO ANTUNES

Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados, Deputado Ângelo Vanhoni, Senhores colegas da Universidade Federal do Paraná, minhas senhoras, meus senhores.

Como já é do conhecimento de todos, amanhã, dia 10 de dezembro, faremos duas grandes comemorações.

(Lê):

"1. A comemoração dos 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos; 2. O Dia Nacional da Universidade Pública. São dois eventos marcantes, principalmente para um Brasil mergulhado numa devastadora crise econômica, com reflexos diretos sobre todos os setores da sociedade brasileira, afetando, portanto os direitos inalienáveis do cidadão. E neste sentido, a Universidade é o locus essencial para a construção e prática da cidadania, pois alberga no seu interior a formação, reflexão, criação e crítica, promotores do respeito universal aos direitos e liberdades, constantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E nesta era de transição milenar desenhada pelas transformações científicas, pela aceleração tecnológica operando em ritmos jamais concebidos, com as relações sociais e produtivas se alterando constantemente, repensar quotidianamente a instituição Universidade inserida num contexto de globalização, significa colocar no centro das nossas atenções os direitos do cidadão: moradia, transporte, alimentação, saúde, educação, cultura e lazer, pois a Universidade é, antes e acima de tudo, uma instituição social. E toda a instituição social, e no caso a Universidade, tem a sociedade como princípio, construindo no seu imaginário a dimensão da universidade.

Daí o significado destas comemorações. E amanhã, dia 10.12, não será dia de vestibular, nem de formatura, nem de mais um transplante ou de lançamento de um invento genial que são algumas

das formas de viabilidade da Instituição, mas simplesmente o dia em que a Universidade Pública virá a público para mostrar a sua face, mostrar que teima em continuar existindo, porque tem ciência da sua importância para o desenvolvimento do País.

A Universidade Pública no Brasil é uma instituição recente. A mais antiga, a Universidade Federal do Paraná, tem apenas 86 anos. No entanto, em seu conjunto a Universidade Pública já demonstrou a que veio. Ela é efetivamente pública, democrática e eficiente. Apesar da reduzida dotação orçamentária a ela atribuída nos últimos anos, continua formando profissionais competentes - a grande maioria dos quadros qualificados nas esferas públicas e na iniciativa privada são provenientes da universidade pública; continua desenvolvendo pesquisa, fundamental para o avanço tecnológico, científico e cultural do país. A Universidade é o lugar das idéias, que desencadeiam o processo de produção da vida material. E é o lugar da extensão, que é a face mais visível de sua interação com a sociedade. E essa mesma universidade, responsável por 90% das pesquisas realizadas no país, está em crise. É importante contextualizar a universidade pública para tentar entender essa crise e refletir sobre o seu papel e futuro no âmbito da revolução científica e tecnológica.

Tal revolução impõe velocidade máxima, redes transnacionais, comunicação instantânea, contatos virtuais, ensino à distância, revolução na engenharia genética, hiperespecialização, novas linhas de montagem e saberes fragmentados: nesta era da transição milenar, as transformações científicas e a aceleração tecnológica passam a operar não mais em cadências, mas em ritmos jamais concebidos. Tais informações, aliadas ao final do Estado e do Bem-Estar Social, às conseqüências do final da Guerra Fria, à aceleração do "apartheid" social, à formação de blocos regionais, ao desemprego em massa num mundo globalizado sob a hegemonia do capital especulativo, desenham os traços de uma nova ordem social.

As sociedades contemporâneas são designadas como 'sociedades do conhecimento'. Países e regiões que não exerceram o domínio da ciência e da técnica e o movimento de capitais financeiros estão fadados a serem dependentes e recolonizados. Esta mundialização limita os benefícios provenientes da circulação das riquezas mundiais a uma pequena minoria de países, excluindo-se do bolo grande parte da humanidade. O relatório das Nações Unidas de 1994 já apontava a existência de 850 milhões de desempregados e de um terço da população mundial excluída do processo de desenvolvimento econômico. Na verdade, assistimos hoje, quase um século e meio após os movimentos de independência dos países americanos, a uma



nova fase do colonialismo mundial, agora sob as tintas da empresa global, fazendo com que as nações passem a reestruturar suas ações para criarem suas próprias competências. E uma nova forma de colo-nialismo se impõe, sob o lema: tudo à técnica, tudo ao privado, tudo ao mercado. Neste contexto, estão em jogo os temas como democracia, produção do conhecimento e domínio da tecnologia, relação do público e do privado, gestão da universidade. São temas imbricados uns aos outros. Nessa era da mundialização e com a universalização do progresso técnico e das comunicações instantâneas, múltiplos fatores, e não só os econômicos e sociais, têm condicionado o desenvolvimento. Muda o mundo, muda a universidade.

Em geral, a universidade teve enormes dificuldades em acompanhar, com a mesma velocidade, os avanços acima mencionados traduzidos em oferta de novos cursos de graduação, embora seja dentro dela, ou com sua participação, a maior parte das pesquisas que permitiam esses mesmos avanços. Também não foi significativo o aumento do número de vagas em seus vestibulares nos últimos anos, nem seu quadro de docentes e técnico-administrativos, em grande medida devido ao congelamento da sua dotação orçamentária e do seu quadro de pessoal. E agora, com o gelo cortado, isto significa, sair do congelamento e enfrentar os cortes no orçamento de 1999, haja cartola para praticar mágica e manter a universidade funcionando.

O ensino superior vive em constante avaliação praticada pela própria comunidade. Um professor que não ensina bem não forma bons alunos, um médico que não sabe operar mata um paciente, um engenheiro incompetente constrói edifícios que caem. A universidade é uma agência de aprendizado, de educação, mas de um aprendizado que vive sendo posto à prova pública constantemente. É fundamental que o estudante saia da universidade com o máximo de aprendizado possível, pois temos enormes responsabilidades na formação de gerações. Mas não é apenas na formação que a universidade pública aparece: quando se passa da pesquisa pura à aplicada, verifica-se a existência de um retorno significativo que a universidade pública está dando à sociedade que a custeia. Praticamente, não há empreendimento de vulto no país, quer na área da saúde, quer na de tecnologia, quer na formação pedagógica, que não tenha sido gastado no interior das nossas universidades públicas."

É importante para nós, que possamos formar um profissional competente, que possamos formar quadros competentes para o nosso Estado e o nosso país, que possamos apresentar pesquisas de qualidade para o desenvolvimento do país.

Na verdade, a nossa universidade, a Universidade Federal do Paraná, é a universidade que hoje tem, indiscutivelmente formado, a partir dos seus quadros, dos seus bancos escolares, as principais lideranças deste Estado. É uma universidade que tem história, como todos os senhores tem plena consciência disso.

No tocante ao acesso à universidade, a forma do atual vestibular, ainda que privilegie o mérito, acaba por franquear uma pequena parcela da população, isto por questões estruturais, com liames historicamente distantes como: concentração de renda, alto índice de analfabetismo, cultura do bacharelismo como sinônimo do Poder, migração campo-cidade e problemas de recursos humanos e infra-estruturas das instituições de ensino superior, entre outras.

Entretanto, não podemos negar que a sociedade brasileira tem sua dinâmica de mercado e que a educação é produzida e vendida como um serviço para a sociedade.

"Como está posto em nossa Carta de Princípios, não queremos dizer com isso que a universidade pública seja contrária ao mercado ou que venha se tornar o refúgio dos exilados da sociedade civil. Temos a absoluta consciência que devemos estabelecer relações claras e transparentes com o setor produtivo, representados pelas empresas públicas e privadas, associações, sindicatos, cooperativas, ongs e outros. O que queremos reafirmar é que a universidade não se constitui e não se regula pelas tendências do mercado - mesmo quando atenta e em concordância com elas. Que o seu conceito e sua vida não se pautam pelo bom preço e nem pela exclusão, mas sim pela convivência e pela afirmação recíproca das suas diferenças internas, num permanente esforço de pensar novas relações sociais. A universidade não é uma loja, não é uma empresa, não é um partido político, não é uma igreja, nem uma fábrica, uma repartição pública ou uma corporação. A universidade é universidade. E está em crise. Porém, a única alternativa para a universidade é ela mesma. Sua meta básica é a pesquisa que constitui sua matéria prima; é o ensino superior alimentado nos espaços da cidadania, que capacita para o exercício de uma profissão, e é a extensão que afirma e reafirma sua inserção na sociedade, em grande parte marginalizada da academia, do acesso ao saber organizado.

A universidade tem que estar presente no cotidiano da sociedade, tem que se fazer necessária. Se a universidade pública forma profissionais competentes, que constituem os melhores quadros nas esferas governamentais e na iniciativa privada, ela deve ser competente também para buscar soluções para sua própria crise. É uma tarefa difícil, uma vez que a crise é resultado de uma complexidade de

fatores internos e externos que contribuíram para que se chegasse ao estado atual em que vivem as universidades públicas.

Diante do mundo globalizado, é evidente que nenhum país alcançará sua plena soberania, a sua identidade como nação, sem o suporte científico, tecnológico e cultural proporcionado pela universidade. Numa conjuntura perversa que já é de longa duração, a universidade, acaba sendo envolvida por uma situação complexa: a sociedade lhe impõe exigências cada vez maiores em termos de ensino, pesquisa e extensão, numa fase em que mais se acentuam o arrocho salarial e a redução do financiamento do ensino superior público federal. E quais são hoje as exigências da sociedade e que acabam se tornando desafios para a Universidade:

1. Como dar respostas reais diante da demanda crescente pelo ensino superior no mundo inteiro? Porque não é apenas em Curitiba, não é apenas no Estado do Paraná e não apenas no Brasil, é um problema mundial essa demanda cada vez mais forte pelo ensino superior.

2. Como enfrentar os riscos diante da constatação de que o ensino superior possa se tornar um grande mercado a conquistar?

3. Quais as conseqüências sobre a formação, face a uma grande profissionalização dos estudantes já nos primeiros anos de universidade?

4. Como definir a natureza e os métodos de avaliação institucional?

5. Quais as conseqüências da grande expansão das novas tecnologias na competitividade entre as Nações?

6. Como construir um consenso para a autonomia que desejamos?

O elenco destes desafios se explicam, pela entrada na Universidade na sociedade do conhecimento regado pela informação e pela comunicação, que privilegia a noção de educação para toda a vida. Portanto, a formação universitária não deve se restringir apenas ao preparo para a vida. portanto, a formação universitária não deve se restringir apenas ao preparo para a vida profissional, mas também ter como missão o desenvolvimento das atividades intelectuais, isto é, uma educação permanente, face as novas necessidades culturais.

A comunidade vivenciará a transição para uma nova universidade, permeada pelos desafios postos acima. Mas que universidade poderá atender anseios e concretizar as aspirações da nossa sociedade? É aquela que deve acentuar ainda mais o espaço de formação e execução da cidadania; deve ampliar o universo da pluralidade e da diversidade de idéias; deve produzir saberes competentes e consolidar-se como centro de referência de formação de quadros competentes e como propulsora de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país;

deve contribuir decisivamente com programas capazes de mostrar caminhos para reduzir as desigualdades sociais”.

Há na verdade, uma universidade engajada numa crise, que procura realmente se liberar dessa crise. Essa crise que se torna cada vez mais aguda, na medida em que a comunidade acadêmica em geral não consegue detectar claramente a existência de uma política explícita do Governo Federal para o ensino superior. Não há, indiscutivelmente, uma política explícita para o ensino superior.

Há, na verdade, hoje, dois grandes projetos conflitantes entre si: a visão do Banco Mundial, bastante simpática ao Ministério da Educação e a proposta da UNESCO.

Para o Banco Mundial, a constatação de que os recursos públicos se tornam cada vez mais escassos e daí a proposta de quem não tem recebe uma bolsa paga por quem tem.

E a proposta da UNESCO, que considera que a Universidade Pública, que a universidade é um bem público, e portanto, é um dever do Estado. São dois projetos conflitantes entre si.

Recentemente, estivemos em Paris numa grande Conferência Mundial de Ensino Superior, na qual a UNESCO apresentou a sua proposta, que foi aprovada numa declaração final, exatamente consta nesse compromisso que a educação é um direito de todos, portanto, é um dever do Estado.

Gostaria de salientar, rapidamente aos Senhores aqui presentes, que a nossa Universidade, a Federal do Paraná, vivencia, hoje, esse grande debate.

Amanhã, inclusive, estaremos promovendo um evento, um fórum sobre a Universidade Pública, onde passaremos a discutir com mais intensidade essas duas propostas que hoje praticamente monopolizam as atenções da Universidade, como um todo e todos aqueles que tratam da questão da Educação.

Diria aos Senhores nesta Casa de Leis, nessa conjuntura em que festejamos a data da Universidade Pública e dos 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos, temos que reafirmar uma atitude perante o presente.

Um presente que integra o passado, um presente que integre o futuro e que possa, indiscutivelmente, inventar este futuro.

O melhor modo de prever o futuro é inventá-lo, daí que ao inventar e reivindicar a Universidade, cotidianamente, estamos lidando com um passado presente e um futuro presente. As mudanças começam hoje, no tempo presente.

Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, gostaria de dizer que no cargo de reitor da Universidade Federal do Paraná, há 7 meses, estou vindo

perante esta Assembléia exatamente para exaltar a Universidade Pública.

O significado, por exemplo, da Universidade Federal do Paraná, para a vida deste Estado, indiscutivelmente formando profissionais competentes, formando quadros políticos, governadores, senadores, ministros, deputados, enfim quadros políticos do mais alto gabarito que, de qualquer maneira, passaram pela Universidade Federal do Paraná. E, ao mesmo tempo também apresentado para a sociedade paranaense e para sociedade brasileira projetos de pesquisa da mais alta importância.

A Universidade do Paraná, fundada em 1912, é uma grande herança de nosso Estado. Estava agora há pouco, conversando com o Doutor Francisco Cunha Pereira e chegamos a mesma conclusão, indiscutivelmente a Universidade do Paraná é a grande invenção dos paranaenses, neste século XX.

Nada, neste século foi mais importante para o Estado do Paraná do que a organização da sua universidade, a invenção de Vitor do Amaral, de Nilo Cairo e de tantos paranaense realmente imbuídos deste objetivo, dotar o Paraná de uma grande Universidade.

Gostaria de encerrar estas palavras lembrando aqui as palavras da professora filósofa, Marilene Chauí, quando ela diz: "Reivindico que a universidade seja um campo de reflexão, de crítica, de embates e combates, de descoberta e invenção, cujo compromisso primordial seja com a verdade, porque tal compromisso é, em si mesmo, desejo de liberdade, beleza, justiça e felicidade".

E somente estes compromissos asseguram uma docência capaz de formar gerações cultivadas que intervenham na sociedade e na política, movidas pelo conhecimento e pelo sentimento do verdadeiro, do belo, do bom e do justo.

Amanhã a Universidade Pública festeja a sua data, a nossa universidade amanhã, se torna mais pública não apenas porque é data de vestibular, ou porque está acontecendo uma formatura ou porque teremos um invento genial posto a disposição da sociedade, mas porque é uma universidade que tem todo compromisso com a formação da vanguarda intelectual deste País.

Muito obrigado.

**(Aplausos)**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, peço a palavra, em nome da Liderança do PMDB.

**(Assentimento)**

Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados, Professor Carlos Antunes, demais professores integrantes da Universidade Federal do Paraná.

Na condição de Líder do PMDB, na Assembléia Legislativa, desejo me manifestar, nesta oportunidade em que Vossas Excelências comparecem a Assembléia Legislativa, nesta Sessão Solene, alusiva a defesa da Universidade Pública e a comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para dizer que o nosso partido, o PMDB, e outrora o MDB, foram baluartes na luta para que nesse País os direitos humanos prevalecessem e para que verdadeiramente a escola pública e gratuita também existisse em nosso País. É bom sempre lembrar 1988 a promulgação da nossa Constituição Federal, sob a batuta de Ulisses Guimarães, onde nessa Constituição certamente muitos daqueles benefícios e anseios da população foram contemplados, até porque a Constituição de 1988 foi intitulada de Constituição Cidadã. E essa Constituição de 88, com os seus acertos, com os seus erros, foi, sem sombra de dúvida, uma luta de diversos Partidos Políticos, mas teve à sua frente o comando do Partido, PMDB, que representamos nessa Casa.

No Estado do Paraná, no Governo do Álvaro Dias, as escolas estaduais, as nossas universidades, que outrora eram remuneradas, a presença do aluno ali, tinha que se pagar uma mensalidade, foi no governo do PMDB, à época comandado por Álvaro Dias que se estabeleceu a gratuidade do ensino de 3º grau, mantido pelo Estado do Paraná.

Então, fica claro, ficam evidentes os compromissos históricos do nosso partido, o PMDB, com a questão dos direitos humanos e com a questão da escola pública e gratuita em todos os níveis de 1º, 2º e 3º grau. Por essa razão quero, em meu nome pessoal, em nome dos Deputados do nosso Partido, PMDB nesta Casa, manifestar não só a nossa solidariedade, mas o nosso compromisso de juntos trilharmos os caminhos permanentes da luta em favor dos direitos humanos e em favor da escola pública e gratuita para todos os nossos filhos e os nossos cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Augustinho Zuchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI

Senhor Presidente, em deferência a Vossa Excelência, nesse momento que me concede a palavra, e creio que posso fazer em nome também da Bancada do PPB, ouvi atentamente as palavras proferidas pelo Professor Carlos Antunes, da Universidade Federal do Paraná, Reitor da Universidade, e até faço aqui esta referência ao professor e a todos os professores que aqui estão numa deferência especial a uma escola que me formou, vejo aqui o Dr. Flávio Zaneti, meu grande mestre, professor, e tan-

tos outros que aqui estão, e não se trata apenas de defender a Universidade Federal do Paraná, quem sabe, como falou o Professor Carlos Antunes, o maior acontecimento desse século para esse Estado do Paraná; mais do que isso, é por entender que quem sabe a Universidade Federal do Paraná, a nível de Estado, assim como as demais Universidades Públicas do nosso Brasil, se constituam na única possibilidade de através do ensino público e gratuito termos nós, o nosso País, a oportunidade, a igualdade de condições. Enfim, a possibilidade de termos uma sociedade mais justa com a igualdade de condições que podem ter os nossos cidadãos brasileiros de poderem trilhar o caminho da sua profissão e buscar através do ensinamento, através de um universo de conhecimentos aquilo que é importante para nós, sociedade, Deputado Vanhoni, que é a transformação da nossa sociedade numa sociedade mais justa.

Portanto, quero me somar ao corpo docente, aos alunos, enfim, a todos quantos como nós defendem a Universidade Pública no nosso Brasil. Acho isso extraordinariamente importante. E nós, como Parlamentares que somos, como muitos que já passaram por aqui que sentaram nos bancos da universidade pública brasileira, em especial da Universidade Federal do Paraná, alguns Governadores, enfim, todos aqueles que reverenciam a Universidade Federal como sendo um meio de transformar o indivíduo num universo de conhecimento, possamos nos somar para defender com intransigência esse centro de formação e de oportunidade para os nossos cidadãos.

Quero me congratular com a Universidade Federal do Paraná, e colocar, em nome do nosso Partido, em nome do nosso nome pessoal também, à disposição de lutarmos, de trilharmos o mesmo caminho, buscando sempre o fortalecimento do ensino público gratuito, porque esta é a única alternativa que temos para formar um grande País e uma grande sociedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa agradece a Presidência dos dirigentes da Universidade Federal do Paraná, do Senhor Reitor, dos sub-Reitores, de todos aqueles que aqui estão. E quer também endereçar ao magnífico Reitor e seus auxiliares, o nosso apreço por essa instituição do Paraná - Universidade do Brasil e devemos muito à Universidade do Paraná. Temos certeza, que apesar do sacrifícios a ela impostos, ela continua dando e oferecendo relevantes serviços a coletividade paranaense. Mais uma vez os nossos agradecimentos pela presença.

Concedo a palavra ao Dr. Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A imprensa tem noticiado que novamente voltou a ter problemas, no que diz respeito ao desconto do Sindicato a APP - Sindicato com a Administração Pública, conforme artigo que tive conhecimento através de jornal local, diz que o Estado do Paraná está resistindo a fixar no pagamento de dezembro a consignação em nome da APP-Sindicato. Se isto for verdade, entendo um grande desrespeito da Administração Pública em relação aos Senhores Deputados desta Casa, que encaminhou a bom termo uma negociação quando professores e funcionários faziam greve de fome. Se o Governador ou Secretários não efetuarem o desconto, de acordo com a negociação encaminhada por Parlamentares da Assembléia Legislativa, o desrespeito agora, não é a categoria de professores e funcionários da rede pública estadual, mas sim, a Parlamentares, Deputados, que com muita boa vontade dedicaram boa parte do seu tempo e conduziram essa negociação.

Outra questão que chamo atenção sobre o mesmo tema, é que na "Gazeta do Povo" de domingo, o Secretário da Educação, Professor Ramiro, volta a insistir, no que ele chama de pesquisa, para saber se os professores querem ser sócios ou filiados à APP - Sindicato.

Gostaria que o Professor Ramiro fosse bastante democrático e insistisse também em pesquisar se o povo do Paraná quer a privatização da COPEL e da SANEPAR. Que faça uma pesquisa junto à sociedade. Que sua democracia seja radical. Até porque o estado não tem direito de fazer isso. Não cabe a ele perguntar aos sócios de entidades da sociedade civil, seja classista ou não, se deseja continuar sócio ou não daquela entidade, mesmo sendo o Estado responsável para efetuar a cobrança. Por que não vai ele fazer pesquisa junto a outros órgãos de classe, se deseja continuar sócio ou não daquele órgão?

Professor, Ramiro, isso é autoritarismo. Isso é intervenção em entidade sindical. Se, dentro do governo, essa sua proposta estiver obtendo quórum, significa esse quórum a intervenção no Sindicato. Os professores e funcionários que fizeram greve de fome contra esse tipo de intervenção, e, fizeram para ter de volta o direito de ver descontado o Sindicato, não temos dúvida, se o governo do estado, através da Secretaria de Educação persistir com esse tipo de conduta; com esse tipo de intervenção aqueles professores voltarão à greve de fome.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Lideranças do PMDB, PL.

(**Declinam**)

No Horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de fazer um breve questionamento à Mesa Executiva e ao Poder Legislativo.

Tramita nesta Casa, e está com requerimento de Pedido de Urgência, um projeto oriundo do Governo do Estado que diz respeito a implantação de um novo sistema de identificação de veículos no Estado do Paraná o Telemétrico. Fiquei sabendo e parece que hoje de manhã foi confirmado pelo técnico do DETRAN que esteve aqui. Estou preocupado com o procedimento por parte do Poder Executivo. O desrespeito absoluto ao Poder Legislativo. A afronta ao Poder Legislativo. Em primeiro lugar o DETRAN faz um estudo técnico da viabilidade, do ponto de vista de implantação do sistema eletrônico para vigilância e acompanhamento dos veículos no Estado do Paraná. O DETRAN faz o processo licitatório. O DETRAN licita. Uma licitação internacional. O DETRAN estipula custos a respeito deste procedimento em três milhões de veículos no Estado do Paraná. Estou sabendo que há sete meses isso já tinha sido realizado. E agora o DETRAN manda para a Assembléia Legislativa, e os Deputados não questionam. O centro fundamental de todo o processo licitatório, qual é?

A obrigatoriedade que todos os veículos vão ter que ter de utilizar o “chip” nos veículos no Estado do Paraná.

Sem a obrigatoriedade, Senhor Presidente, que está tramitando agora, aqui, este projeto é inviável, sem a obrigatoriedade.

Então, me parece que o Poder Executivo está jogando na lata do lixo, o Poder Legislativo. Este procedimento não é de acordo com aquilo, que até hoje, temos acompanhado no procedimento do Poder Executivo.

Estamos com um requerimento, além de pedir informações sobre todo o processo licitatório, sobre o edital, quem concorreu, quem não concorreu, quais foram os preços ofertados, estamos solicitando à Presidência da Assembléia que suspenda por 10 Sessões a tramitação deste projeto na Assembléia Legislativa.

Ouvi um companheiro meu, Deputado, dizer o seguinte: bom, agora só precisamos dar a obrigatoriedade.

Só a obrigatoriedade é a alma do projeto.

Então, como é que o DETRAN me faz um processo, faz um edital de licitação sem antes consultar o Poder Legislativo da possibilidade de obrigar ou não os contribuintes do Estado do Paraná, aqueles que já contribuem com o IPVA, aqueles que já têm toda a legalidade do procedimento da aquisição de

circulação de veículos no Estado do Paraná, sem essa autorização. Este é um exemplo que pode ser nefasto para o conjunto da Administração Pública do Estado do Paraná. Vamos assistir daqui para frente se esta forma de legislar e de conduzir a Administração Pública, vamos assistir, daqui para frente, a Assembléia Legislativa não terá autoridade para negar nenhuma decisão por parte de lei, “a posteriori”, daquelas iniciativas feitas pelo Poder Executivo. Diga-se de passagem, iniciativas que trazem ônus para o Estado do Paraná. Fiquei surpreso pelo valor da licitação empreendida pelo DETRAN: 30 milhões de reais, é o valor da licitação, pelo menos das informações que tenho, não tenho informações oficiais.

Ora, como é que um organismo do Estado, me faz um estudo, me faz uma licitação internacional sem antes obter sequer a autorização do Poder Legislativo. Agora os Deputados vão aprovar sem conhecimento sequer, de quaisquer da concepção técnica da viabilidade ou não, da necessidade ou não, dos valores envolvidos nessa negociação, a Assembléia Legislativa aprova um projeto desta maneira. Então, Senhor Presidente, estamos fazendo do ponto de vista da preservação daquilo que entendemos de fundamental do Poder Legislativo, de acompanhar, de legislar e proceder a fiscalização do Poder Executivo.

Achamos o método utilizado pelo DETRAN o pior de todos. Na realidade suprime a necessidade do Poder Legislativo daqui para frente, e a possibilidade de que os Deputados possam discutir, “a priori”, se esse tipo de procedimento em relação ao custo/benefício para o Estado do Paraná é importante, é necessário nesse momento de hoje.

Não estamos falando de poucos recursos, estamos falando de uma licitação internacional, que envolve recursos na ordem da grandeza de 30 milhões de reais.

Ora, o governo está aí anunciando um pacote fiscal, até agora diz que vai enxugar gastos, que vai conter despesas e o DETRAN proceder um processo licitatório na ordem de 30 milhões de reais, sem sequer ter a autorização por parte do Poder Legislativo.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Vanhoni, apenas para acrescentar algumas informações no seu pronunciamento já que participamos da reunião em seu tempo integral.

O valor anunciado pelo Dr. Francisco, que foi quem esteve nesta reunião representando o governo, diz ele que é da ordem de 27 milhões o valor orçado para execução desta obra. E concluir também em cima de uma indagação nossa, informou a nós que participávamos que a empresa vencedora

desta licitação é a Empresa Consult, aqui de Curitiba, que representa o Grupo Tom Som e foi um daqueles que participou de todo o processo de licitação do SIVAN, daquele Sistema de Vigilância da Ama-zônia.

Então, realmente V.Exa. tem razão, tem procedimento as afirmações de V.Exa., porque talvez a Assembléia Legislativa tivesse que ter participado da discussão do mérito, se é oportuno ou não a implantação deste sistema de segurança, de vigilância telemétrica dos veículos do Estado do Paraná, mas a nós só se pede a homologação de uma coisa que já foi feita, sem que a Assembléia tenha discutido a sua necessidade e diz bem V.Exa., o governo anunciou um "pacote" amplo aqui no Estado do Paraná, criou uma coordenação, denominada "CRAF" para centralizar todas as decisões, anuncia isso e mais aquilo para obter ao final, uma economia de trinta e cinco milhões de reais. Só nessa proposta do DETRAN, a despesa nossa vai a vinte e sete milhões, sem sabermos realmente se vai ter resultado efetivo esse programa da implantação do indicador telemétrico nas rodovias do Estado do Paraná e no pára-brisa dos veículos, até porque que se tenha pleno êxito isso, há necessidade da figura humana, do guarda rodoviário, do policial militar rodoviário para fazer a abordagem daqueles veículos que forem identificados como não portadores do "chip" e veículos que se encontram numa situação de irregularidade perante a legislação paranaense.

O SR. ÂNGELO VANHONI

São essas as ponderações Senhores Deputados, porque a forma é estranha, muito estranha e ainda a notícia de que este processo já estava há sete meses, realizado pelo DETRAN. Não há condições, a não ser que o DETRAN justifique para nós, porque o DETRAN pode, do ponto de vista legal, fazer qualquer licitação para melhoria, informatização, melhoria do processo de fiscalização da circulação de veículos no Estado do Paraná. Pode. Não tem problema. Pode investir os recursos próprios que o DETRAN obtém do ponto de vista das multas, das suas receitas. Não há problema nisso. O problema diz respeito única e exclusivamente num ponto, a lei obriga todos os veículos a daqui para frente, fazerem parte desse sistema informatizado de fiscalização de veículos. Ora, o valor de 27 milhões de reais, só se justifica, nessa ordem de grandeza no Estado do Paraná inteiro, se o DETRAN tiver certeza de que será obrigatório o uso desse sistema por todos os veículos daqui para frente.

Nesse sentido acho que foi um atropelo por parte do DETRAN, em que pese o mérito da discussão ser um mérito positivo ou não.

Acho que a Assembléia Legislativa tem que parar a tramitação desse processo e rediscutir se a

viabilidade desse processo, do ponto de vista de custos e gastos em função do que o Governo do Estado está apresentando para o próximo ano que entra em função das necessidades de diminuição de despesas e aumento de receitas no Estado do Paraná.

É o apelo que faço, Senhor Presidente, que suspendam a tramitação do processo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 288 e 572/96. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado.

### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registros, previstos na Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 288/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

### TÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Os concursos de ingresso e de remoção nos serviços notariais e de registros serão realizados pelo Poder Judiciário, em caráter regional, observadas as Seções Judiciárias pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 2º - Os concursos serão presididos:

I - nas Comarcas de entrância final, pelo Juiz Diretor do Fórum e;

II - nas demais Comarcas, pelo Juiz Diretor do Fórum da Sede da Seção Judiciária.

Art. 3º - Participação obrigatoriamente do concurso, em todas as suas fases:

I - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná;

II - 01 (um) representante do Ministério Público;

III - 01 (um) representante dos Notários;

IV - 01 (um) representante dos Registradores.

Parágrafo Único - Os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público serão indicados, respectivamente, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Procurador Geral da Justiça, e o Notário, o Registrador e os Suplentes, pelas respectivas Entidades, Seção do Paraná.

## **TÍTULO II**

### **DOS CONCURSOS**

#### **Capítulo I**

##### **Do Concurso de Ingresso**

Art. 4º - O ingresso nos serviços notariais e de registros far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, segundo o disposto na presente lei e no regulamento aprovado pelo Conselho da Magistratura.

Art. 5º - O prazo para inscrição será de 30 (trinta) dias, a contar da data da primeira publicação do edital.

Art. 6º - O edital será publicado 3 (três) vezes no Diário da Justiça, cabendo ao Juiz Presidente do Concurso dar-lhe ampla publicidade, pelos meios que possuir.

Art. 7º - O edital de concurso conterà as matérias sobre as quais versarão as provas de conhecimentos, os critérios de desempate e os títulos que o candidato poderá apresentar.

Art. 8º - São requisitos para ingresso nos serviços notariais e de registros:

a) ter habilitação em concurso público de provas e títulos;

b) ser brasileiro;

c) demonstrar capacidade civil;

d) ser bacharel em Direito ou comprovar 10 (dez) anos de efetivo exercício em serviço notarial ou de registro;

e) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

f) apresentar certidões dos ofícios distribuidores cível e criminal, da Comarca em que residiu o candidato, desde os 18 (dezoito) anos de idade;

g) apresentar comprovante de residência, desde os 18 (dezoito) anos de idade e;

h) demonstrar capacidade física e mental para o exercício da função.

Art. 9º - O concurso de ingresso será composto de provas de conhecimentos e de títulos, valendo 10 (dez) pontos cada, sendo:

a) peso 8 (oito), a nota final para as provas de conhecimentos;

b) peso 2 (dois), a nota final para a prova de títulos.

§ 1º - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a média ponderada final igual a 5 (cinco).

§ 2º - Durante o procedimento seletivo poderá ser realizada, pela banca examinadora, em caráter reservado, sindicância sobre a vida pregressa dos candidatos.

§ 3º - Os candidatos aprovados deverão apresentar laudo firmado por junta médica oficial, demonstrando capacidade física e mental para o exercício do cargo.

§ 4º - A sindicância e os exames previstos nos parágrafos primeiro e segundo têm caráter eliminatório.

#### **Capítulo II**

##### **Do Concurso de Remoção**

Art. 10 - O concurso de remoção consistirá de provas de conhecimentos e de títulos, que terão igual peso.

Parágrafo Único - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a média ponderada final igual a 5 (cinco)

Art. 11 - Os titulares de serviços notariais e de registros, independentemente de entrância, que já exerçam a atividade por mais de 2 (dois) anos, prazo este contado da data do efetivo exercício na atividade até a publicação do primeiro edital, e que estejam aptos física e mentalmente ao exercício da função, estarão habilitados à inscrição.

Parágrafo Único - No ato da inscrição, o candidato deverá comprovar a regularidade dos serviços em sua serventia nos últimos dois anos, bem como, a regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e entidades de classe, apresentando as correspondentes certidões negativas.

Art. 12 - No edital de concurso serão indicados os critérios de desempate e demais informações, de acordo com a presente lei e com o regulamento do concurso aprovado pelo Conselho da Magistratura.

Parágrafo Único - O prazo para inscrição será de 30 (trinta) dias, a contar da data da primeira publicação do edital.

Art. 13 - Findo o prazo de inscrição, a banca examinadora fará publicar edital no Diário da Justiça, contendo a relação de candidatos cujas inscrições forem indeferidas.

### **TÍTULO III DAS PROVAS**

#### **Capítulo I**

##### **Das Provas de Conhecimentos**

Art. 14 - A aferição dos conhecimentos dar-se-á por meio da aplicação de provas, cujas matérias serão especificadas no edital, abordando os seguintes temas:

I - conhecimentos gerais sobre direito notarial e de registro;

II - conhecimentos técnicos específicos sobre as funções notarial e de registro;

III - conhecimentos gerais de direito;

§ 1º - O domínio da língua portuguesa será avaliado em prova específica ou como critério de correção nas provas escritas.

§ 2º - As provas de conhecimentos poderão ser teóricas e práticas, conforme especificado no edital de concurso

§ 3º - O sorteio das questões relativas às provas de conhecimentos será realizado no momento que anteceder o início da prova.

#### **Capítulo II**

##### **Da Prova de Título**

Art. 15 - A prova de título será apurada mediante a atribuição de nota até 10 (dez) pontos.

Art. 16 - Do edital constarão os critérios de valoração dos títulos, considerando-se os seguintes:

I - tempo de serviço prestado como titular em serviço notarial ou de registro;

II - tempo de serviço prestado como juramentado (art. 141, § 1º. do Código de Organização e Divisão Judiciárias em serventia notarial ou de registro;

III - tempo de serviço público ou privado prestado a atividades relacionadas com a área notarial ou de registro, de no mínimo, 5 (cinco) anos.

IV - títulos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado em cursos jurídicos;

V - apresentação de tese em congressos ligados à área jurídica.

VI - participação em encontros, simpósios e congressos sobre temas ligados aos serviços notariais ou de registros, mediante apresentação de certificado de aproveitamento.

VII - aprovação em concurso para cargos da carreira jurídica.

VIII - aprovação em concurso de ingresso e remoção em serviço notarial e registral.

IX - exercício da advocacia por prazo não inferior a 5 (cinco) anos.

X - exercício da judicatura ou da promotoria de justiça por prazo não inferior a 2 (dois) anos, excluindo-se, neste caso, a pontuação do inciso VII, em se tratando do mesmo cargo.

Parágrafo Único - O título de graduação, previsto no inciso IV, não será considerado para fins de concurso de ingresso.

### **TÍTULO IV DOS RECURSOS**

Art. 17 - As decisões do Juiz Presidente do concurso, relativamente à recusa na admissão de candidatos, ao cancelamento de inscrição, à declaração de inaptidão física e mental e à classificação final dos aprovados, serão passíveis de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, ao Conselho da Magistratura.

§ 1º - O recurso, devidamente fundamentado, será dirigido ao Presidente da Banca Examinadora, que o apreciará previamente, em juízo de sustentação ou reforma, fundamentado a decisão. Mantido esta, o recurso irá a julgamento do Conselho da Magistratura.

§ 2º - Compete à Banca Examinadora julgar, motivadamente, os pedidos de revisão de notas das provas escritas e de títulos.

§ 3º - Compete ao Conselho da Magistratura o julgamento, em caráter definitivo e final, dos recursos previstos neste artigo.

§ 4º - Havendo recurso pendente de julgamento, ficará assegurada ao candidato a participação nas provas.

### **TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 18 - O concurso será homologado pelo Conselho da Magistratura, cuja decisão será publicada no Diário da Justiça.



Art. 19 - O Presidente do Tribunal de Justiça concederá a delegação dos serviços notariais e de registros, em rigorosa obediência à ordem de classificação no concurso.

Parágrafo Único - Em caso de empate entre candidatos, a preferência na classificação respeitará a seguinte ordem:

I - o mais antigo na titularidade de serviço notarial ou de registro;

II - o mais antigo no serviço público e;

III - o mais idoso.

Art. 20 - As vagas serão preenchidas por comarca, alternadamente, duas terças partes por concurso público de ingresso e uma terça parte por concurso de remoção, atendendo-se a data da vacância ou, quando vagas na mesma data, a data da criação do serviço.

Parágrafo Único - Nenhuma serventia notarial ou de registro permanecerá vaga sem abertura de concurso, de ingresso ou remoção, por mais de 6 (seis) meses.

Art. 21 - As serventias que não apresentarem receita ou volume de serviços que justifiquem a sua manutenção ou instalação, poderão ser acumuladas por proposta do Corregedor Geral da Justiça e aprovação do Conselho da Magistratura.

Art. 22 - É dever do notário e do oficial de registro transmitir ao seu sucessor todo o complexo que componha a serventia, como livros, papéis, registros, programas e dados de informática instalados, de modo a permitir seja mantida a continuidade do serviço.

Art. 23 - A aprovação em concurso para provimento de cargo de notário ou de registrador, realizado no regime anterior à Lei nº 8.935/94, será considerada como título, nos termos do inciso VIII, do artigo 17, da presente lei.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

Com a edição da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que estabeleceu novas regras para os serviços notariais e de registro e, em virtude do que estabelece o § 4º, do artigo 24, da Constituição Federal, segundo o qual "a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária", impõe-se a necessária edição de lei local que possibilite a adequação, em nível estadual, das novas regras.

O presente anteprojeto tem por escopo o alcance dessas novas normas, bem como os critérios que deverão ser utilizados com vista ao provimento dos cargos de notários e registradores.

Vale dizer que a nova legislação, na verdade, inovou, entre outros aspectos, quanto aos requisitos necessários à primeira investidura, como a condição de bacharel em Direito ou 10 (dez) anos de exercício na atividade notarial ou de registro, assim como no tocante ao concurso para remoção, antes inexistente.

Outro aspecto inovador é a composição da banca examinadora do concurso, integrada, também, por um Notário e por um Registrador.

Observe-se, por igual, que o legislador preocupou-se, unicamente, com as atividades do foro extrajudicial, deixando de lado o foro judicial.

O anteprojeto de lei ora apresentado, leva em consideração as características próprias do Judiciário Paranaense, traduzidas em número de comarcas, facilidade de fiscalização, possibilidade de agilização e, principalmente, necessidade da racionalização dos concursos.

Além dos critérios já estabelecidos pela referida lei federal, faz-se necessária a criação de mecanismos, na lei estadual, capazes de dar condições de efetivação. Por esta razão é que se propõe sejam os concursos realizados em um sistema de semi-concentração ou eclético, ora denominados de "sistema regional".

Tal sistema significa que os concursos serão realizados, levando-se em conta um agrupamento de comarcas com a designação de uma delas - a sede - para ali serem levados a efeito.

Uma vez que já existem, no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, as Seções Judiciárias pacificamente distribuídas, serão as mesmas transportadas ao presente anteprojeto, de forma que cada sede de seção judiciária será responsável pela execução dos concursos de sua região.

Outra vantagem que se vislumbra neste sistema é a de que os concursos serão realizados de forma mais homogênea, exigindo dos concorrentes um nível cultural e profissional mais equilibrado, de sorte a resultar em iguais chances, também, quando estes concorrem à remoção.

Não se deve perder de vista que a própria composição da banca, agora com representantes dos notários e registradores, fica viabilizada no sistema adotado.

Acrescente-se a isso a facilidade que trará à Corregedoria Geral da Justiça, órgão encarregado da fiscalização e controle dessas atividades, a organização e a operacionalização dos concursos na forma regionalizada.

A exemplo do que sempre foi feito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para as

inscrições, pois este prazo tem se mostrado, na prática, suficiente para o fim a que se destina.

Saliente-se que o Juiz Presidente do Concurso, pelos meios que possuir ainda poderá providenciar total publicidade.

No "Concurso de Ingresso", aquele em que o candidato se habilita pela primeira vez à delegação, atribuem-se os pesos 8 (oito) para conhecimentos e 2 (dois) para títulos. Desta forma o candidato que não possuir nenhum título, terá de alcançar, na prova de conhecimentos, a nota 6,3 (seis vírgula três), no mínimo, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), mantendo, assim, um nível médio aceitável ao certame, uma vez que, para a aprovação, é necessária a média ponderada igual a 5 (cinco).

O denominado "Concurso de Remoção" foi, na realidade, a mais relevante novidade trazida pelo legislador através da Lei nº 8.935/94.

A remoção, que se traduz no provimento de um cargo por quem já detenha a delegação, ou seja, que já tenha se submetido a um concurso de ingresso, somente será possível com a realização de um novo concurso, também de provas e títulos.

Com a criação do "Concurso de Remoção", a lei federal possibilitou maior competitividade, permitindo, ao mesmo tempo, que os cargos sejam ocupados pelos candidatos mais capacitados e em igualdade de condições.

Neste tipo de provimento, a prova de conhecimentos terá o mesmo peso que a de títulos, valorizando a prática na atividade notarial ou de registro.

Com os pesos propostos, o candidato terá de atingir nota máxima na prova de conhecimentos, se não possuir qualquer título, ou terá, obrigatoriamente, de se preparar melhor, fazendo cursos de aperfeiçoamento ou de especialização, investindo, assim, em seu próprio benefício.

A média ponderada final nesta fase também será de 5 (cinco) pontos.

Com relação às matérias, ficam estabelecidas as pertinentes à área jurídica e as de conhecimentos específicos, uma vez que participarão do concurso somente bacharéis em Direito e aqueles que exerçam a atividade há mais de 10 (dez) anos.

Além destes e, incluem-se aqueles obrigatórios constantes do Código de Organização e Divisão Judiciárias e sobre o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

No que tange aos títulos, serão levados em consideração todos aqueles relacionados com as características do cargo disputado.

Quanto aos recursos, nada se cria, apenas se estabelece o sistema recursal onde o Conselho da Magistratura procede ao julgamento das decisões da banca examinadora. Fica previsto o prazo de 5

(cinco) dias para as irresignações, prazo este que não retardará em demasia o processo de seleção.

Com a finalidade de não impedir o prosseguimento do certame, através de recursos, consta, implicitamente, que qualquer recurso, por si só, terá o efeito suspensivo, a fim de permitir que o candidato recorrente continue a fazer as provas. Releva notar, por fim, que das disposições gerais consta que todo o complexo que acompanha a serventia é legado ao sucessor, quando da transmissão do cargo, para evitar solução de continuidade nos serviços.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 288/96

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por finalidade dispor sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registros.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta seu parecer favorável a matéria na forma do substitutivo em anexo, ao analisar sob o aspecto constitucional, legal e regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 288/96 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Os concursos de ingresso e de remoção nos serviços notariais e de registros serão realizados pelo poder judiciário, na comarca onde se verificar a vacância, observado o disposto nesta lei.

Art. 2º - Os concursos, em cada comarca, serão presididos pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum, ou por Juiz designado pelo Tribunal de Justiça por indicação da Corregedoria Geral.

Art. 3º - Participarão obrigatoriamente do concurso, em todas as suas fases:

I - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná;

II - 01 (um) representante do Ministério Público;

III - 01 (um) representante dos Notários;

IV - 01 (um) representante dos Registradores.

Parágrafo Único - Os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público serão indicados, respectivamente, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Procurador Geral da Justiça, e o Notário, o Registrador e os Suplentes, pelas respectivas Entidades, Seção do Paraná.

## **TÍTULO II**

### **DOS CONCURSOS**

#### **Capítulo I**

##### **Do Concurso de Ingresso**

Art. 4º - O ingresso nos serviços notariais e de registros far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, segundo o disposto na presente Lei e no Regulamento aprovado pelo Conselho da Magistratura.

Art. 5º - O prazo para inscrição será de 10 (dez) dias, a contar da data da primeira publicação do edital.

Art. 6º - O edital será publicado 3 (três) vezes no Diário da Justiça, cabendo ao Juiz Presidente do Concurso dar-lhe ampla publicidade, pelos meios que possuir.

Art. 7º - O edital de concurso conterá as matérias sobre as quais versarão as provas de conhecimentos, os critérios de desempate e os títulos que o candidato poderá apresentar.

Art. 8º - São requisitos para ingresso nos serviços notariais e de registros:

- a) ter habilitação em concurso público de provas e títulos;
- b) ser brasileiro;
- c) demonstrar capacidade civil;
- d) ser bacharel em Direito ou comprovar 10 (dez) anos de efetivo exercício em serviço notarial ou de registro;
- e) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- f) apresentar certidões dos ofícios distribuidores cível e criminal;
- g) apresentar comprovante de residência, desde os 18 (dezoito) anos de idade; e
- h) demonstrar capacidade física e mental para o exercício da função.

Art. 9º - O concurso de ingresso será composto de provas de conhecimento e de títulos valendo 10 (dez) pontos cada, sendo:

- a) peso 8 (oito), a nota final para as provas de conhecimento;

b) peso 2 (dois), a nota final para a prova de títulos.

§ 1º - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a média ponderada final igual a 5 (cinco).

§ 2º - Durante o procedimento seletivo poderá ser realizada, pela banca examinadora, em caráter reservado, sindicância sobre a vida pregressa dos candidatos.

§ 3º - Os candidatos aprovados deverão apresentar laudo firmado por junta médica oficial, demonstrando capacidade física e mental para o exercício do cargo.

§ 4º - A sindicância e os exames previstos nos parágrafos 1º e 2º têm caráter eliminatório.

#### **Capítulo II**

##### **Da Remoção**

Art. 10 - A remoção poderá ocorrer por permuta ou concurso.

Art. 11 - A permuta, no interesse da Justiça, dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º - O pedido, será feito em conjunto, pelos titulares dos ofícios interessados na permuta.

§ 2º - O Presidente do Tribunal de Justiça encaminhará o processo ao Corregedor da Justiça, que o relatará perante o Conselho da Magistratura e este decidirá sobre o deferimento ou não do pedido.

Art. 12 - O concurso de remoção será composto de provas de conhecimento e de títulos, valendo 10 (dez) pontos cada, sendo:

- a) peso 8 (oito), a nota final para a prova de conhecimento;
- b) peso 2 (dois), a nota final para a prova de título.

Parágrafo Único - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a média ponderada final igual a 5 (cinco).

Art. 13 - Os titulares de serviços notariais e de registros, independentemente de entrância, que já exerçam a atividade por mais de 2 (dois) anos, prazo este contado da data do efetivo exercício na atividade até a publicação do primeiro edital, e que estejam aptos física e mentalmente ao exercício da função, estarão habilitados à inscrição.

Art. 14 - No edital de concurso serão indicados os critérios de desempate e demais informações, de acordo com a presente Lei e com regulamento do concurso aprovado pelo Conselho da Magistratura.

Parágrafo Único - O prazo para inscrições será de 10 (dez) dias a contar da data da primeira publicação do edital.

Art. 15 - Findo o prazo de inscrição, a banca examinadora fará publicar edital no Diário da Justiça, contendo a relação de candidatos cujas inscrições forem indeferidas.

### **TÍTULO III**

#### **DAS PROVAS**

##### **Capítulo I**

###### **Das Provas de Conhecimento**

Art. 16 - A aferição do conhecimento dar-se-á por meio de aplicação de provas, mediante a atribuição de notas até 10 (dez) pontos, cujas matérias serão especificadas no edital, abordando, exclusivamente, os seguintes temas:

I - conhecimentos gerais sobre direito notarial e de registro;

II - conhecimentos gerais de direito.

§ 1º - O domínio da língua portuguesa será avaliado em prova específica ou como critério de correção nas provas escritas.

§ 2º - As provas de conhecimento poderão ser teóricas ou práticas, conforme especificado no edital de concurso.

##### **Capítulo II**

###### **Da Prova de Títulos**

Art. 17 - A prova de títulos será apurada mediante a atribuição de nota até 10 (dez) pontos.

Art. 18 - Do edital constarão os critérios de valoração dos títulos considerando os seguintes:

I - Tempo de serviço prestado como titular em serviço notarial ou de registro.

II - Tempo de serviço prestado como juramentado (art. 141, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciárias) em serventia notarial ou de registro.

III - Tempo de serviço público ou privado prestado a atividades relacionadas com a área notarial ou de registro, de no mínimo, 5 (cinco) anos.

IV - Apresentação de tese em congressos ligados a área jurídica.

V - Participação em encontros, simpósios e congressos sobre temas ligados aos serviços notariais ou de registros, mediante apresentação de certificado de aproveitamento.

VI - Aprovação em concurso para cargos da carreira jurídica.

VII - Aprovação em concurso de ingresso e remoção em serviço notarial e registral.

### **Capítulo III**

#### **Dos Recursos**

Art. 19 - As decisões do Juiz Presidente do concurso, relativamente à recusa da admissão de candidatos, ao cancelamento de inscrição, à declaração de inaptidão física e mental e à classificação final dos aprovados, serão passíveis de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, ao Conselho da Magistratura.

§ 1º - O recurso, devidamente fundamentado, será dirigido ao presidente da Banca Examinadora, que o apreciará previamente, em juízo de sustentação ou reforma, fundamentando a decisão. Mantida esta, o recurso subirá ao julgamento do Conselho da Magistratura.

§ 2º - Compete à Banca Examinadora julgar, motivadamente, os pedidos de revisão de notas das provas escritas e de títulos.

§ 3º - Compete ao Conselho da Magistratura o julgamento, em caráter definitivo e final, dos recursos previstos neste artigo.

§ 4º - Havendo recurso pendente de julgamento, ficará assegurado ao candidato a participação nas provas.

### **Capítulo IV**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 20 - O concurso será homologado pelo Conselho da Magistratura, cuja decisão será publicada no Diário da Justiça.

Art. 21 - O presidente do Tribunal de Justiça concederá a delegação dos serviços notariais e de registros, em rigorosa obediência à ordem de classificação no concurso.

Parágrafo Único - Em caso de empate entre candidatos, a preferência na classificação respeitará a seguinte ordem:

I - o mais antigo na titularidade de serviço notarial ou de registro;

II - o mais antigo no serviço público; e

III - o mais idoso.

Art. 22 - As vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de ingresso e uma terça parte por concurso de remoção.

Parágrafo Único - Nenhuma serventia notarial ou de registro permanecerá vaga sem abertura de concurso, de ingresso ou remoção, por mais de 6 (seis) meses.

Art. 23 - As serventias que não apresentarem receitas ou volume de serviços que justifiquem a

sua manutenção ou instalação, quando vagas, poderão ser extintas por proposta do Corregedor Geral da Justiça e aprovação do Conselho da Magistratura.

Art. 24 - É dever do notário e do oficial de registro transmitir ao seu sucessor todo o complexo que componha a serventia, como livros, papéis, registros, programas e dados de informática instalados, de modo a permitir seja mantida a continuidade do serviço.

Art. 25 - A aprovação em concurso para provimento de cargo de notário ou de registrador, realizado no regime anterior a lei nº 8.935/94, será considerada como título, nos termos no inciso VII, do Art. 18.

Art. 26 - Os titulares do foro judicial e extrajudicial e os aprovados em concurso público, no âmbito do Poder Judiciário que estejam em virtude de designação respondendo por serventia vaga distinta na mesma ou em outra comarca, vedada a hipótese de acumulação, será nesta última efetivado se assim o requerer.

Art. 27 - Compete ao Conselho da Magistratura por proposta da Comissão de Organização e Divisão Judiciária, através do Corregedor Geral da Justiça.

I - Decidir pela acumulação ou desacumulação dos serviços notariais ou de registros, nos termos da Lei nº 8.935/94.

II - Autorizar a celebração de convênios entre entidades públicas ou privadas com os oficiais do registro civil das pessoas naturais quando de interesse da comunidade local com vistas a prestação dos serviços correspondentes.

Parágrafo Único - Nos municípios onde existam registro civil de pessoas naturais, sem acumulação de outras serventias, a estes será dada a preferência dos convênios autorizados.

Art. 28 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.11.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Carlos Simões (voto contrário), Nereu Moura, Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Walmor Trentini, Cesar Seleme, Doutor Rosinha (voto contrário).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 288/96

P A R E C E R :

O art. 26, do Projeto de Lei nº 288/96, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 - Os titulares e os aprovados em concurso público de prova e títulos, do foro judicial ou extrajudicial, que estejam em virtude de designação respondendo por serventia distinta na mesma ou em outra comarca, vedada a hipótese de acumulação, será nesta última efetivado se assim o requerer.”

Sala das Comissões, em 09.11.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

**Em votação.**

O SR. PÉRICLES MELLO

Solicito verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

**(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados).**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Responderam à chamada nominal vinte e oito Senhores Deputados.

Em votação o Projeto de Lei nº 288/96. **Aprovado.**

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre novo Código de Divisão Judiciária do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. Avulso, de 10.12.96)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 572/96

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Judiciário, tem por objetivo aprovar o novo Código de Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a tramitação da matéria.

Sendo assim, apresenta parecer favorável à matéria na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 08.12.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 572/96

Art. 1º - Os Artigos 166, 207, 210, 219, 220, 223, 235, 237, 254, 255, 257, e 261, da Lei nº 7.297 de 08 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 166...

§ 1º -...

§ 2º -...

I -...

II -...

III -...

IV -...

V - quando as escrituras é permitido as partes indicarem o Tabelião de sua preferência, mas nenhuma será lavrada sem que nela seja transcrito o bilhete de distribuição, assim como deverá ser consignado obrigatoriamente, entre outros, a apresentação em uma única certidão, por Ofício Distribuidor, relativo a feitos de jurisdição contenciosa, ajuizados, vedada a dispensa das mesmas.

VI -...

VII -...

VIII -...

§ 3º -...

I -...

II -...

III -...

IV -...

§ 4º -...

§ 5º -...

§ 6º -...

§ 7º -...

Art. 207...

I -...

II -...

III - duzentos e cinco (205) Juizes de Direito de entrância final, sendo:

a) - cento e cinquenta e um (151) Titulares de Vara.

b) - cinquenta e quatro (54) Juizes de Direito Substitutos.

IV -...

V -...

VI -...

VII -...

Art. 210 -...

1ª) - Comarca de Curitiba: 1ª, 2ª e 5ª Varas Cíveis;

2ª) - Comarca de Curitiba: 3ª, 4ª e 6ª Varas Cíveis;

3ª) - Comarca de Curitiba: 9ª, 10ª e 11ª Varas Cíveis;

4ª) - Comarca de Curitiba: 7ª, 8ª e 21ª Varas Cíveis;

5ª) - Comarca de Curitiba: 13ª, 14ª e 15ª Varas Cíveis;

6ª) - Comarca de Curitiba: 12ª, 16ª e 17ª Varas Cíveis;

7ª) - Comarca de Curitiba: 18ª, 19ª e 20ª Varas Cíveis;

8ª) - Comarca de Curitiba: 22ª, 23ª e 24ª Varas Cíveis;

9ª) - Comarca de Curitiba: 25ª, 26ª e 27ª Varas Cíveis;

10ª) - Comarca de Curitiba: Vara de Registros Públicos, Auditoria Militar e 1ª Vara de Família;

11ª) - Comarca de Curitiba: 2ª, 3ª e 4ª Varas de Família;

12ª) - Comarca de Curitiba: 1ª, 2ª e 3ª Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

13ª) - Comarca de Curitiba: 4ª, 5ª e 6ª Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

14ª) - Comarca de Curitiba: Varas de Infância e Juventude e Varas de Precatórias e Juizados Especiais;

15ª) - Comarca de Curitiba: 1ª e 2ª Varas de Execuções Penais; 1ª e 2ª Varas do Tribunal do Juri;

16ª) - Comarca de Curitiba: 1ª, 4ª e 7ª Varas Criminais;

17ª) - Comarca de Curitiba: 2ª, 5ª, 8ª e 10ª Varas Criminais;

18ª) - Comarca de Curitiba: 3ª, 6ª, 9ª e 11ª Varas Criminais;

19ª) - Comarca de Curitiba: 1ª, 2ª e 3ª Varas de Delitos de Trânsito;

20ª) - Comarca de Londrina: 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª e 11ª Varas Cíveis;

21ª) - Comarca de Londrina: 2ª, 4ª, 6ª, 8ª, 10 e 12ª Varas Cíveis;

22ª) - Comarca de Londrina: Varas Criminais de 1ª a 5ª Varas de Família e Anexos, Vara da Infância e Juventude, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios e Juizados Especiais;

23ª) - Comarca de Maringá: Varas Cíveis 1ª a 7ª e Varas de Famílias e Anexos, 1ª e 2ª e Juizados Especiais;

24ª) - Comarca de Maringá: Varas Criminais, 1ª e 4ª, Vara da Infância e da Juventude, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

25ª) - Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis, 1ª e 4ª e Vara de Família e Anexos, 1ª e 2ª e Juizados Especiais.

26ª) - Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais 1ª e 2ª, Vara da Infância e Juventude, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

27ª) - Comarca de Cascavel;  
 28ª) - Comarca de Campo Mourão, Mamborê, Peabiru e Iretama;  
 29ª) - Comarcas de Umuarama, Goioerê, Alto Piquiri e Icaraíma;  
 30ª) - Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pinhão, Pitanga e Manoel Ribas;  
 31ª) - Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marilândia do Sul;  
 32ª) - Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Terra Boa;  
 33ª) - Comarca de Foz do Iguaçu;  
 34ª) - Comarcas de Medianeira, Matelândia, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas e São Miguel do Iguaçu;  
 35ª) - Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza e Salto do Lontra;  
 36ª) - Comarcas de Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaratuba e Matinhos;  
 37ª) - Comarca de Paranaíba, Alto Paraná, Paraíso do Norte, Terra Rica e Cantagalo;  
 38ª) - Comarca de Pato Branco, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida e Mangueirinha;  
 39ª) - Comarca de Arapongas, Astorga, Colorado e Centenário do Sul;  
 40ª) - Comarca de Campo Largo, Araucária e Palmeira;  
 41ª) - Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Palotina, Ubatuba e Campina da Lagoa;  
 42ª) - Comarcas de Cornélio Procopio, São Jerônimo da Serra, Uraí e Assaí;  
 43ª) - Comarcas de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Pérola e Xambê;  
 44ª) - Comarcas de Guaíra, Altônia, Iporã e Terra Roxa;  
 45ª) - Comarca de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Cândido de Abreu, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;  
 46ª) - Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;  
 47ª) - Comarcas de Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu;  
 48ª) - Comarcas de Rolândia, Cambé, Jagua-pitã e Porecatu;  
 49ª) - Comarcas de São José dos Pinhais, Piraquara, Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande e Pinhais;  
 50ª) - Comarcas de Colombo, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré;  
 51ª) - Comarcas de Toledo, Corbélia, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena;  
 52ª) - Comarcas de União da Vitória, Mallet e Palmas;  
 53ª) - Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;

54ª) - Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibi-porã, Primeiro de Maio e Sertãoópolis;  
 55ª) - Comarcas de Castro, Jaguaíva e Piraí do Sul;  
 56ª) - Comarcas de Irati, Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis, Rebouças e Teixeira Soares;  
 57ª) - Comarcas da Lapa, Rio Negro, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;  
 58ª) - Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Isabel do Ivaí;  
 59ª) - Comarcas de Nova Esperança, Mandaguáçu, Marialva, Paranacity e Sarandi;  
 60ª) - Comarcas de Santo Antonio da Platina, Joaquim Távora, Ribeirão do Pinhal, Congoinhas e Nova Fátima;  
 61ª) - Comarcas de Santo Antonio do Sudoeste, Barracão e Capanema;  
 62ª) - Comarcas de Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva e Tibagi;  
 63ª) - Comarcas de Wenceslau Braz, Arapoti, Senges e Siqueira Campos;  
 64ª) - Comarcas de Ibaiti, Tomazina e Curitiba.

#### Parágrafo Único

Art. 219 -...

I - 27 (vinte e sete) Varas Cíveis não especializadas;

II -...

III -...

IV - 06 (seis) Varas da Fazenda Pública Falências e Concordatas;

V -...

VI -...

VII -...

VIII -...

IX -...

X -...

XI -...

XII -...

Art. 220 - Aos Juizes das Varas Cíveis, de 1ª a 27ª, da Comarca de Curitiba compete por distribuição, o conhecimento, processo e julgamento de toda a matéria Cível e Comercial, ressalvada a competência das Varas especializadas.

Parágrafo Único: -...

Art. 223 - Aos Juizes das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, de 1ª a 6ª, da Comarca de Curitiba compete, por distribuição:

I -...;

II - processar e julgar as causas em que forem, do mesmo modo, interessadas as entidades autárquicas e de economia mista, Estaduais ou Municipais, Empresas Públicas, e as do interesse ou participação do Estado, Bancos Estaduais, concen-

sionárias e permissionárias do serviço público no Estado, Fundações Públicas, e as Instituições financeiras com participação ou vinculadas ao Poder Público;

III -...

IV -...

V -...

VI -...

Art. 235 -...

I - NO FORO JUDICIAL:

a) - trinta e nove (39) Escrivanias Cíveis, inclusive as especializadas;

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

1º Ofício: Distribuidor, Contador e Partidor na matéria de competência das Varas de Família; Varas da Fazenda Pública; Falências e Concordatas; Varas de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, Varas Criminais de 1ª a 18ª, Contador dos Ofícios de Protestos de Títulos, Tabelionatos de Notas de 8ª a 12ª.

2º Ofício: Distribuidor na matéria de competência das Varas Cíveis de 1ª a 27ª, Varas de Precatórios, Ofícios de Registros de Títulos, Documentos e de Registros de Pessoas Jurídicas, Vara da Auditoria Militar, Tabelionato de Notas de 1ª a 7ª.

3º Ofício: -...

4º Ofício: Contador e Partidor, n matéria de competência das Varas Cíveis, de 1ª a 27ª Varas de Precatórios.

f) -...

g) -...

h) -...

i) -...

j) -...

l) -...

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) -...

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) -...

Art. 237...

I - Londrina: vinte e seis (26) Juizes de Direito.

II - Maringá: dezoito (18) Juizes de Direito.

III -...

IV -...

V -...

VI -...

VII -...

VIII -...

IX -...;

Parágrafo Único -...

Art. 254 -...;

I - Doze (12) Varas Cíveis, denominadas ordinalmente, por distribuição;

II -...

III -...

IV -...

V -...

Parágrafo Único -...

I - NO FORO JUDICIAL:

a) - doze (12) Escrivanias do Cível

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) -...

g) -...

h) -...

i) -...

j) -...

k) -...

l) -...

m) -...

n) -...

o) -...

p) -...

q) -...

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) - seis (06) Tabelionatos de Notas, denominados ordinalmente

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

Art. 255 -...

I - Sete (7) Varas Cíveis, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª, por distribuição:

II -...

III -...

IV -...

V -...

Parágrafo Único -...

I - NO FORO JUDICIAL:

a) - sete (sete) Escrivanias do Cível

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) -...

g) -...

h) -...

i) -...

j) -...

k) -...



- l) -...
- m) -...
- n) -...
- o) -...
- p) -...

## II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) -...
- b) -...
- c) -...
- d) -...
- e) -...

Art. 257 -...

I -...

II -...

III -...

Parágrafo Único...

## I - NO FORO JUDICIAL:

- a) -...
- b) -...
- c) -...
- d) -...
- e) -...

f) -...

g) -...

## II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) -...
- b) -...
- c) -...
- d) -...
- e) -...

f) - um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando precariamente o 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas

g) - um (01) Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, o 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 261 -...

I -...

II -...

III -...

Parágrafo Único -...

## I - NO FORO JUDICIAL:

- a) -...
- b) -...
- c) -...
- d) -...
- e) -...
- f) -...
- g) -...
- h) -...

Art. 2º - São criados onze (11) cargos de Juiz de Direito de entrância final, e três (03) Cargos de

Juiz Substituto de entrância final da Comarca de Curitiba.

Art. 3º - O titular ou os aprovados em concurso de provas e Títulos do Foro Judicial ou Extra-judicial que, esteja, em virtude de designação, respondendo por serventia vaga, na mesma ou em outra Comarca, exceto em hipótese de acumulação, será nesta última efetivado se assim o requerer.

Art. 4º - Transforma o cartório Distrital da Warta no 6º Tabelionato de Notas de Londrina, com a extinção daquele Distrito Judiciário.

Art. 5º - Fica criado o 2º Ofício de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Paranavaí.

Art. 6º - Fica criado o 2º Ofício de Protesto de Títulos da Cidade e Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 7º - As despesas com a criação de Cargos e com a Execução do presente Código, correrão a conta das dotações Orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoiamento:

Eduardo Trevisan, Reny Borsatto, Valdir Rossoni, Duílio Genari, Basílio Zanusso e Cesar Seleme.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 14/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 30/98, proposta de emenda à Constituição Estadual que objetiva a supressão do Art. 59 e seu Parágrafo Único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. (Publ. no D.A. nº 97, de 30.06.98 - Mens.)

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA  
À CONSTITUIÇÃO À PROPOSIÇÃO Nº 14/98

P A R E C E R :

A presente proposta da Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo a supressão do Art. 59 e seu Parágrafo Único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justifica o autor, que o dispositivo que se propõe seja retirado do texto constitucional é, hoje, nada mais que "letra morta". O Art. 59 e seu parágrafo, previam um prazo de até dois anos (vencidos em 05.10.91) a instituição e implantação da UNIVALE, que reuniria seis instituições de ensino superior. Isto significaria estadualizar quatro instituições municipais e uma particular.

Ocorre que algumas das instituições envolvidas tomaram rumos administrativos diferentes. A Faculdade de Pato Branco foi federalizada, a Faculdade Municipal de Francisco Beltrão está em fase de incorporação à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Como o referido Art. 59 perdeu, pela sua não efetivação dentro o prazo fixado, a finalidade proposta pelo constituinte, somos de parecer favorável pela aprovação da presente proposição, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 08.12.98.

(a) JOEL COIMBRA  
Presidente e Relator

#### EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Ficam suprimidos o Art. 59 e seu Parágrafo Único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 08.12.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

Apoiamento:

Durval Amaral, Eduardo Trevisan, Cesar Seleme.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expe-diente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, da Proposição nº 14/98.

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 333/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santo Inácio. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 333/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Inácio - APAE, com sede e foro no Município de Santo Inácio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ÂNGELO VANHONI - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 386/98, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná. Ao Empresário Roberto Demeterco. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 386/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Roberto Demeterco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.11.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 421/98, de autoria do Deputado Irineu Mario Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos de Medianeira, com sede e foro na Cidade de Medianeira. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 421/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos - AMEDEF, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.98.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ÂNGELO VANHONI - Relator

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 463/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Iretama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 463/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.98.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ÂNGELO VANHONI - Relator

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Grande Rios. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Festival de Harmônicas de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 31.03.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 83/98

#### P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, o Projeto de Lei nº 83/98, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Festival de Harmônicas de Curitiba.

De cunho social e visando o desenvolvimento cultural do Estado, o referido projeto de lei é meramente autorizatório, em razão do que, entende esta comissão não haver qualquer óbice constitucional à sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 083/98

#### P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Festival de Harmônicas de Curitiba.

Chamada a opinar esta Comissão de Educação, reconhece a importância e o interesse público do presente projeto.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.06.98.  
(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente  
JOÃO TECHY - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Ângelo Vanhoni, que dispõe sobre o incentivo fiscal para os esportes no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 188/98

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria dos Deputados Anibal Khury e Ângelo Vanhoni visa dispor sobre incentivo fiscal para os esportes no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 09.06.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 188/98  
EMENDA CORRETIVA

O artigo 4º, do Projeto de Lei nº 188/98, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Fica autorizada a criação, junto a Secretaria de Esporte, de uma Comissão independente e autônoma, formada por um representante da Secretaria de Estado, dois representantes da Paraná Esporte e dois representantes da Secretaria de Estado da Fazenda.”

Sala das Comissões, em 09.06.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 188/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Ângelo Vanhoni, tem por objetivo dar incentivo fiscal para os esportes no Estado do Paraná.

A presente proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão entende necessária o incentivo fiscal para os esportes no Estado do Paraná, visando o desenvolvimento dos esportes no Estado do Paraná.

Isto posto, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 188/98.

Sala das Comissões, em 16.06.98.  
(a) IRINEU COLOMBO  
Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 188/98.

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Comendador Manuel Alho da Silva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 75, de 02.06.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 218/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Comendador Manuel Alho da Silva.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.  
Sala das Comissões, em 30.06.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina de “Feira do Paraná” a Exposição Agropecuária e Industrial, realizada, anualmente, no Parque Castelo Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 135, de 22.10.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 422/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo denominar de “Feira do Paraná” a Exposição Agropecuária e Industrial, realizada, anualmente, no Parque Castelo Branco.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 27.10.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
PAULO GORSKI - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que denomina de Centro de Ressocialização “Professor Horácio Raccanello Filho” o Presídio Industrial de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 153, de 23.11.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 470/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo denominar de Centro de Ressocialização “Professor Horácio Raccanello Filho” o Presídio Industrial de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2037, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Paulo Gorski, Orlando Pessuti e Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
(**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2053, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e Doutor Rosinha, com apoio dos Srs. Deputados Renato Adur, Paulo Gorski, Orlando Pessuti e Antonio Annibelli, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2016 e 2017, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2034 a 2036 e 2048, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2038, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2039, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimentos nºs 2040 e 2059, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2041 e 2042, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2043 e 2044, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2045, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2046, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2047, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2049 e 2055, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2051, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2058, de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2052, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Péricles Mello, com apoio dos Srs. Deputados Renato Adur, Paulo Gorski, Orlando Pessuti e Antonio Annibelli, constante do expediente. **Em votação.**

Tão logo o projeto conste da Ordem do Dia, o requerimento será apreciado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, acredito que não cabe ao requerimento dos ilustres Deputados, porque o projeto está em Regime de Urgência e fere o Artigo 159 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O requerimento será apreciado por ocasião da presença do projeto na Ordem do Dia.

Quero lembrar que logo após a Sessão Extraordinária haverá uma reunião da C.C.J.. Senhores Deputados, membros da C.C.J., por favor compareçam.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, às 10:00 horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 288, 572/96; e 083, 218, 422, 424, 470, 480, 483/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 165, 680, 730/97; e 113, 415, 428, 430, 478, 490, 491, 493, 494, 495, 496, 511, 512/98.

Marco ainda, uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Henrique Chesneau Lenz César, a realizar-se às 15:00 horas, do dia 10 de dezembro.

Levanta-se a sessão.

## Atas das Comissões:

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais as presença dos Deputados Cesar Seleme, Edno Guimarães, Élio Lino Rusch. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 698/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada. Relator Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 195/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Relator Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 357/98, de autoria dos Deputados Paulo Gorski, Edgar Bueno, Luiz Carlos Alborghetti e Carlos Simões. Relator Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA 22ª ATA ORDINÁRIA

Ao oito dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputa-

dos: Duílio Genari, Geraldo Cartário, Caíto Quintana, Florisvaldo Fier, José Maria Ferreira, Cesar Seleme, Eduardo Trevisan, Carlos Simões, Walmor Trentini, Paulo Gorski e mais os Deputados Valdir Rossoni e Nereu Moura. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 288/98 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma do substitutivo anexo. APROVADO, com voto contrário do Deputado Carlos Simões; 02) Projeto de Lei nº 572/96 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma do substitutivo anexo. APROVADO, com voto contrário do Deputado Carlos Simões; 03) Projeto de Lei nº 474/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 58/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 486/98 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Presidente retira de pauta a presente matéria até a reunião de amanhã, dia 09 de dezembro, e determina a entrega de cópia a todos os Deputados membros desta Comissão de Constituição e Justiça. 06) Projeto de Lei nº 473/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari. APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 494/98 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini. APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 483/98 de autoria dos Deputados Carlos Simões e Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini. APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 495/98 de autoria do Deputado Emerson Nerone. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini. APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 496/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini. APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 491/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini. APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 493/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 487/98 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Florisvaldo Fier. 14) Projeto de Lei nº 415/98 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 424/97 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 426/97 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado

Carlos Simões - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 427/97 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 428/97 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 430/98 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. 20) Projeto de Lei nº 480/98, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 21) Projeto de Lei nº 478/98 de autoria do Deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 22) Projeto de Lei nº 479/98 de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 23) Projeto de Lei nº 481/98 de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 24) Projeto de Lei nº 482/98 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 25) Projeto de Lei nº 499/98 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 26) Projeto de Lei nº 113/98 de autoria do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO. 27) Projeto de Lei nº 490/98 de autoria do Deputado Marquinhos Alves.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhor Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA  
TERMO DE ATA

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de um mil, novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Paulo Gorski, José Maria Ferreira, Basílio Zanusso e Florisvaldo Fier. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhor Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária